



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeferson Luis Bittencourt

Lígia Helena da Cruz Ourives

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2^o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 3, março 2008. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em março, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 10,8 bilhões, contra R\$ 5,2 bilhões obtidos no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 13,4 bilhões, contra R\$ 7,2 bilhões em fevereiro. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central, por sua vez, apresentaram déficit de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 31,8 milhões, respectivamente. O desempenho do Governo Central em março está associado ao comportamento sazonal da receita, especialmente do IRPJ e da CSLL, que em conjunto cresceram R\$ 2,0 bilhões, devido ao encerramento do prazo legal para recolhimento do saldo desses tributos. Além disso, houve no mês aumento de arrecadação em R\$ 1,8 bilhão na rubrica “concessões” relativa à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em R\$ 1,4 bilhão referente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital. Por sua vez, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 1,5 bilhão, concentrados nos gastos com benefícios previdenciários (R\$ 815,1 milhões) e outras despesas de custeio e capital (R\$ 911,7 milhões), sendo R\$ 507,7 milhões referentes a custeio e R\$ 404,1 milhões referentes a capital.

O resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 10,8 bilhões em março, contra R\$ 5,2 bilhões no mês anterior.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	FEV 2008	MAR 2008	JAN - MAR 2007	2008
I. RECEITA TOTAL	50.116,0	55.681,6	143.002,3	170.366,6
I.1. Receitas do Tesouro	38.065,6	43.408,4	112.227,3	134.700,3
I.1.1. Receita Bruta (1)	38.286,4	43.743,1	113.267,3	135.506,9
I.1.2. (-) Restituições	-220,8	-334,7	-1.040,1	-806,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.927,5	12.134,0	30.448,0	35.268,4
I.3. Receitas do Banco Central	122,9	139,2	327,0	397,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.350,3	9.891,9	24.675,1	31.459,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	38.765,7	45.789,7	118.327,2	138.907,0
IV. DESPESA TOTAL	33.561,7	35.036,2	99.407,0	107.596,2
IV.1. Despesas do Tesouro	19.489,4	20.095,3	57.339,2	62.088,5
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.506,4	9.031,8	29.188,3	31.109,1
IV.1.2. Custeio e Capital	9.914,8	10.981,6	28.018,4	30.805,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.373,8	1.197,0	2.826,4	3.678,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	175,3	440,5	1.140,7	1.053,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.201,0	1.267,6	3.148,6	3.663,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.164,7	8.076,5	20.902,8	22.410,9
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	6.052,4	6.560,1	17.680,9	18.519,9
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.112,3	1.516,4	3.221,9	3.891,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	68,2	81,9	132,5	173,6
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	13.954,8	14.769,9	41.631,0	45.020,5
IV.3. Despesas do Banco Central	117,5	171,1	436,8	487,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.204,0	10.753,5	18.920,2	31.310,8
V.1. Tesouro Nacional	7.225,9	13.421,3	30.213,0	41.152,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.027,3	-2.635,9	-11.183,0	-9.752,2
V.3. Banco Central (4)	5,4	-31,8	-109,8	-89,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,16%	4,65%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

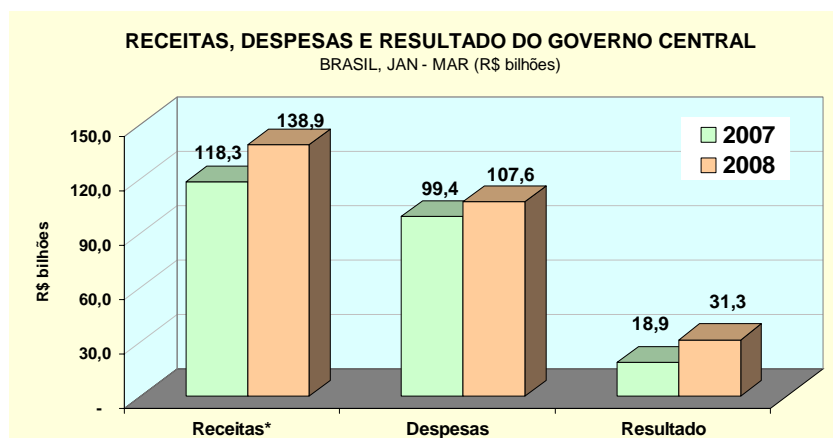
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2008/2007	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	19,14%
Tesouro	20,02%
Previdência	15,83%
Transferências	27,50%
Receita Líquida	17,39%
Despesas	8,24%
Benefícios	8,14%
Pessoal	6,58%
Custeio e Capital	9,95%
FAT	30,14%
Subsídios	-7,62%
LOAS/RMV	16,34%
Outras	7,21%
Custeio	4,75%
Capital	20,77%
PIB estimado	12,44%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Receita Total	23,88%	25,30%
Transferências	4,12%	4,67%
Receita Líquida	19,76%	20,63%
Despesa Total	16,60%	15,98%
Resultado Primário	3,16%	4,65%

O crescimento das receitas do Governo Central no primeiro trimestre de 2008 decorreu, sobretudo, do comportamento da economia, da mudança na apuração IRRF – Rendimentos do Trabalho e da arrecadação relativa a 9ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

No primeiro trimestre de 2008, o resultado primário atingiu R\$ 31,3 bilhões, contra R\$ 18,9 bilhões, em 2007. As receitas do Tesouro Nacional cresceram 6,0% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,4%). Com efeito, a receita bruta cresceu R\$ 22,2 bilhões (19,6%), quando comparada ao primeiro trimestre de 2007, passando de R\$ 113,3 bilhões para R\$ 135,5 bilhões. Em especial, destaca-se o comportamento do IRPJ e da CSLL, refletindo lucros obtidos em 2007, especialmente pelo setor financeiro, e pelas vendas de participações acionárias. Além disso, a arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho cresceu R\$ 3,7 bilhões (38,9%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único). As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 3,6 bilhões (25,6%), com destaque para: i) R\$ 2,0 bilhões em concessões, em função da arrecadação da 9ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural; ii) R\$ 1,1 bilhão em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.



As transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo de 27,5% (R\$ 6,8 bilhões) em termos nominais, devido à elevação de 32,9% (R\$ 6,2 bilhões) nos repasses aos fundos constitucionais (FPE e FPM), em linha com o comportamento dos tributos partilhados, especialmente do Imposto de Renda.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 4,7 bilhões (8,3%) relativamente às verificadas no primeiro trimestre de 2007. Os dispêndios com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 1,9 bilhão (6,6%), explicado, em parte, pelo acréscimo de R\$ 862,3 milhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de natureza alimentícia. Os gastos de custeio e capital apresentaram incre-

mento de R\$ 2,8 bilhões (9,9%), com destaque para aqueles vinculados ao salário-mínimo, tais como despesas do FAT com seguro-desemprego (aumento de R\$ 795,0 milhões, 30,1%) e gastos com LOAS/RMV (acréscimo de R\$ 514,4 milhões, 16,3%). Os dispêndios no âmbito do Projeto Piloto de Investimento Público apresentaram incremento de R\$ 672,2 milhões (133,1%), passando de R\$ 504,9 milhões para R\$ 1,2 bilhão.

Por fim, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 9,8 bilhões, contra R\$ 11,2 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 12,6%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,8 bilhões (15,8%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 31,2 bilhões para R\$ 37,0 bilhões (elevação de 18,7%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercuta nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 3,4 bilhões (8,1%), atingindo o montante de R\$ 45,0 bilhões. Em percentual do PIB, o déficit primário do RGPS caiu para 1,45% do PIB, 0,42 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,87%).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 43,7 bilhões em março, contra R\$ 38,3 bilhões verificados em fevereiro (elevação de 14,3%). Este comportamento é explicado pela elevação de R\$ 2,8 bilhões nas receitas de impostos federais e de R\$ 2,7 bilhões nas demais receitas. As receitas de contribuições federais, por sua vez, apresentaram pequena redução de R\$ 27,2 milhões.

O aumento na arrecadação de impostos é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: i) encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2007; ii) distribuição de participação nos lucros ou resultados (PLR) por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo no IRRF – Rendimentos do Trabalho do mês de março; iii) ganho de capital na alienação de bens, em decorrência, principalmente, de alienação de empresas do setor de mineração, com reflexo no IRPF.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 6,6 bilhões, contra R\$ 3,9 bilhões em fevereiro (elevação de 67,9%). Este comportamento é explicado, em grande medida, pela elevação de R\$ 1,8 bilhão nas receitas de concessões, em decorrência da 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e pela elevação de R\$ 1,4 bilhão referente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital. As receitas diretamente arrecadadas pelos

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,08%	5,24%
Benefícios	6,95%	6,69%
Res. Primário	-1,87%	-1,45%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em março elevou-se 14,3% relativamente ao mês anterior, com destaque para a receita de concessão decorrente da 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/08	MAR/08
Impostos	18.445,6	21.254,7
Imposto de Renda	12.747,4	15.323,7
IPI	2.865,4	3.086,3
Outros	2.832,7	2.844,7
Contribuições	15.903,6	15.876,4
Cofins	9.133,3	8.909,5
CPMF	24,9	26,2
CSLL	2.763,1	3.018,8
Cide - Combustíveis	679,2	641,6
Outras	3.303,1	3.280,2
Demais	3.937,3	6.612,0
Cota parte	1.027,2	957,0
Diretamente Arrecadada	1.749,0	1.447,9
Dividendos da União	57,1	1.470,0
Concessões	131,5	1.953,4
Outras	972,4	763,8
Total Bruto	38.286,4	43.743,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

órgãos da administração pública, por sua vez, apresentaram redução de R\$ 301,2 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia e por mudanças na arrecadação do IRRF e do IOF.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	48.044,4	65.202,9
Imposto de Renda	36.371,7	48.153,2
IPI	7.139,9	8.947,0
Outros	4.532,8	8.102,8
Contribuições	51.241,8	52.737,4
Cofins	23.229,9	28.148,8
CPMF	8.407,1	925,8
CSLL	8.894,8	11.070,6
Cide - Combustíveis	1.880,2	1.983,9
Outras	8.829,9	10.608,4
Demais	13.981,1	17.566,6
Cota parte	4.099,5	5.204,7
Diretamente Arrecadada	4.242,0	5.171,2
Dividendos da União	2.734,0	2.289,1
Concessões	229,9	2.277,9
Outras	2.675,7	2.623,7
Total Bruto	113.267,3	135.506,9

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	8,02%	9,68%
Imposto de Renda	6,07%	7,15%
IPI	1,19%	1,33%
Outros	0,76%	1,20%
Contribuições	8,56%	7,83%
Cofins	3,88%	4,18%
CPMF	1,40%	0,14%
CSLL	1,49%	1,64%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,29%
Outras	1,47%	1,58%
Demais	2,33%	2,61%
Cota parte	0,68%	0,77%
Diretamente Arrecadada	0,71%	0,77%
Dividendos da União	0,46%	0,34%
Concessões	0,04%	0,34%
Outras	0,45%	0,39%
Total Bruto	18,91%	20,13%

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

No primeiro trimestre de 2008 a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 135,5 bilhões, apresentando crescimento de R\$ 22,2 bilhões (19,6%) quando comparada ao mesmo período de 2007. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 20,13% nos três primeiros meses do ano. Todos os segmentos de receitas apresentaram crescimento, sendo particularmente expressivo o crescimento de R\$ 17,2 bilhões (35,7%) na arrecadação de impostos, refletindo o dinamismo da economia.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 6,4 bilhões (34,1%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,2 bilhões (24,5%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, eletricidade, comércio atacadista, metalurgia e serviços de escritórios;
- elevação de R\$ 4,9 bilhões (30,2%) no IRRF, devido ao crescimento de 38,9% no IRRF - rendimentos do trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR); de 20,7% no IRRF - outros rendimentos, devido ao crescimento da arrecadação relativa a rendimentos decorrentes de decisões judiciais; e de 23,5% no IRRF - remessas ao exterior, concentrado nas remessas relativas a juros sobre capital próprio;
- incremento de R\$ 4,9 bilhões (21,2%) na COFINS e de R\$ 1,2 bilhão (18,7%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de serviços financeiros, fabricação de veículos automotores, combustíveis, comércio atacadista, metalurgia e telecomunicações;
- incremento de R\$ 2,7 bilhão (153,7%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nº 6.306, de 2007, nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores.

- e) crescimento de R\$ 1,8 bilhão (25,3%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no primeiro trimestre de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de outros equipamentos de transporte, veículos automotores, equipamento médico-hospitalares e óticos e máquinas e equipamentos; e IPI - vinculado, decorrente da elevação de 42,5% no valor em dólar das importações tributadas, de 5,2% na alíquota média do imposto e da redução de 17,6% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 858,1 milhões (31,4%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 42,5% no valor em dólar das importações tributadas e de 8,3% na alíquota média do imposto, e da redução de 17,6% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 560,7 milhões (34,2%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias); e
- h) redução de R\$ 7,5 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 3,6 bilhões (25,6%) em relação ao primeiro trimestre de 2007, decorrente do: i) aumento de R\$ 2,0 bilhões nas receitas de concessões, explicada em grande medida pela arrecadação, em março de 2008, relativa a 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, sem correspondência no mesmo período do ano anterior; ii) incremento de R\$ 1,1 bilhão nas receitas de cota parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; iii) aumento de R\$ 929,2 milhões nas receitas diretamente arrecadadas; iv) decréscimo de R\$ 444,9 milhões na arrecadação de dividendos da União.

Em março, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,9 bilhões, contra R\$ 11,4 bilhões em fevereiro, apresentando uma redução de R\$ 1,5 bilhão. Concorreram para este comportamento a redução de R\$ 1,9 bilhão (20,6%) nas transferências aos fundos de participação, como consequência da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de fevereiro e no primeiro decêndio de março, e o acréscimo de R\$ 488,4 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, haja vista que não ocorreram transferências no mês de fevereiro,

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/08	MAR/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	9.317,6	7.398,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	-	488,4
Demais	2.032,7	2.005,1
Total	11.350,3	9.891,9

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
 BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	18.960,6	25.198,3
CIDE - Combustíveis	479,1	471,6
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	978,9	503,6
Demais	4.256,4	5.286,2
Total	24.675,1	31.459,6

¹ Inclui auxílio financeiro

**BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS
 CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)**

BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	Fev/08	Mar/08
Terceiro Decênio	11.091,3	8.186,2
Primeiro Decênio	7.014,9	5.273,1
Segundo Decênio	2.423,1	2.710,7
Total	20.529,4	16.170,0

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	FEV/08	MAR/08
Pessoal e Encargos	9.506,4	9.031,8
Custeio e Capital	9.914,8	10.981,6
Despesas do FAT	1.373,8	1.197,0
Subsídios e Subvenções ¹	175,3	440,5
LOAS/RMV	1201,0	1267,6
Outras	7.164,7	8.076,5
Transferência ao Bacen	68,2	81,9

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
 BRASIL, 2008 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO ¹	FEV/08	MAR/08
Agricultura	198,3	255,7
Custeio Agropecuário	44,6	38,5
Investimento Rural	0,4	0,9
Preços Agrícolas	39,3	125,2
- EGF	1,1	1,3
- AGF	-31,9	-1,1
- Sustent. de preços	70,0	125,0
Pronaf	34,0	61,2
Pesa	54,4	4,5
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	25,6	23,7
FUNCAFÉ	0,0	1,7
Outros	-80,5	0,3
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-70,0	-55,1
Exportação (Proex)	-10,5	55,4
Total	117,7	256,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

em função da não aprovação, até aquele mês, da Lei Orçamentária Anual para 2008.

Na comparação entre o primeiro trimestre de 2008 e o de 2007, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 6,8 bilhões (27,5%), elevando-se de R\$ 24,7 bilhões em 2007 para R\$ 31,5 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 6,2 bilhões (32,9%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,1 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 605,9 milhões (3,1%) relativamente a fevereiro. Este aumento decorreu do incremento das despesas de custeio e capital de R\$ 1,1 bilhão (10,8%), apesar da queda de R\$ 474,6 milhões (5,0%) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 9,0 bilhões, contra R\$ 9,5 bilhões em fevereiro. A redução de 5,0% é explicado, principalmente, pelo movimento sazonal da despesa com férias ocorrida no mês anterior.

Os gastos com custeio e capital passaram de R\$ 9,9 bilhões, em fevereiro, para R\$ 11,0 bilhões no mês em análise, refletindo crescimento de R\$ 1,1 bilhão (10,8%). As despesas relativas ao seguro-desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT totalizaram R\$ 1,2 bilhão em março, frente a R\$ 1,4 bilhão no mês anterior.

Os subsídios e subvenções econômicas apresentaram aumento de R\$ 265,2 milhões em março, com destaque para o crescimento de R\$ 127,0 milhões nas subvenções aos Fundos Regionais. No mês, as maiores variações ocorreram nos gastos dos programas Sustentação de Preços, crescimento de R\$ 55,0 milhões, e do Programa de Incentivo às Exportações (Proex), crescimento de R\$ 65,9 milhões. Também se verificou acréscimo de R\$ 27,2 milhões no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e decréscimo de R\$ 49,9 milhões no Programa Especial de Saneamentos de Ativos (PESA).

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 8,1 bilhões em março, contra R\$ 7,2 bilhões no mês anterior (aumento nominal de R\$ 911,7 milhões, representando crescimento de 12,7% em relação a fevereiro). Houve elevação de R\$ 354,0 milhões nas despesas de crédito extraordinário. Por sua vez, os dispêndios com Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) passa-

ram de R\$ 407,9 milhões, em fevereiro, para R\$ 538,6 milhões em março (elevação de 32,0%).

As despesas discricionárias apresentaram elevação de R\$ 354,4 milhões (5,8%), acréscimo este concentrado, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 123,2 milhões), da Defesa (R\$ 93,1 milhões), da Previdência Social (R\$ 71,8 milhões), e da Saúde (R\$ 66,0 milhões). Verificou-se redução principalmente nos gastos com o Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 74,7 milhões).

No primeiro trimestre de 2008, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,22% do PIB, contra 9,57% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 4,7 bilhões (8,3%) em relação a 2007, inferior ao crescimento do PIB nominal no período (12,4%). Destacam-se os incrementos de R\$ 1,9 bilhão (6,6%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 2,8 bilhões (9,9%) nas despesas de custeio e capital.

Os dispêndios com a folha salarial, mesmo apresentando sinais de crescimento nos primeiros três meses do ano, decresceram 0,25 ponto percentual em relação ao PIB, passando de 4,87% em 2007 para 4,62% em 2008. Em termos nominais, a elevação de R\$ 1,9 bilhão (6,6%) em relação ao ano anterior decorreu, em grande medida, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares. Além disso, contribuíram para o aumento das despesas o reajuste diferenciado concedido a algumas carreiras estratégicas do setor público ao longo do ano de 2007. Por outro lado, deve-se registrar o pagamento de R\$ 1,6 bilhão em precatórios e sentenças judiciais no ano de 2007, frente à despesa de R\$ 2,5 bilhões no mesmo período de 2008, acréscimo de R\$ 862,3 milhões (53,3%).

As despesas do FAT atingiram R\$ 3,7 bilhões no primeiro trimestre de 2008, contra R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior. Para tal comportamento contribuíram o aumento real do salário mínimo sobre os gastos com seguro-desemprego, bem como a elevação do emprego formal, inclusive nas faixas de renda passíveis de percepção do benefício do abono salarial. Outro fator importante para o incremento, no caso do abono salarial, foi a antecipação do pagamento da RAIS – Extemporânea em relação ao ano anterior.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 514,4 milhões (16,3%) em relação ao acumulado até março de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2008 e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi da ordem de 8% e 9%,

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/08	MAR/08
Sentenças Judiciais	10,6	12,7
Legislativo/Judiciário	393,3	418,8
Crédito Extraordinário ¹	157,1	511,1
Projeto Piloto de Investimento ²	407,9	538,6
Outras ³	60,5	105,6
Discricionárias	6.135,3	6.489,7
d/q Min. da Saúde	3.156,3	3.222,3
Min. do Des. Social	975,5	900,9
Min. da Educação	609,0	732,3
Min. da Defesa	222,5	315,6
Min. da Ciência e Tec.	200,3	206,4
Min. do Des. Agrário	101,7	65,5
Min. da Justiça	95,1	86,2
Min. da Previdência	52,4	124,2
Min. das Cidades	26,0	26,6
Demais	696,4	809,7
Total	7.164,7	8.076,5

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	29.188,3	31.109,1
Custeio e Capital	28.018,4	30.805,9
Despesas do FAT	2.826,4	3.678,3
Subsídios e Subvenções ¹	1.140,7	1.053,7
LOAS/RMV	3.148,6	3.663,0
Outras	20.902,8	22.410,9
Transferência ao Bacen	132,5	173,6

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	4,87%	4,62%
Custeio e Capital	4,68%	4,58%
Despesas do FAT	0,47%	0,55%
Subsídios e Subvenções ¹	0,19%	0,16%
LOAS/RMV	0,53%	0,54%
Outras	3,49%	3,33%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

respectivamente, nos dois últimos anos. O programa tem alcançado crescente cobertura da população, que já ultrapassa 2,7 milhões de pessoas beneficiadas ao mês.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-mar/01	1.231.030	-	414.304	-	816.727	-
média jan-mar/02	1.366.553	11%	487.030	18%	879.523	8%
média jan-mar/03	1.580.743	16%	596.885	23%	983.858	12%
média jan-mar/04	1.748.935	11%	706.703	18%	1.042.232	6%
média jan-mar/05	2.093.144	20%	953.395	35%	1.139.748	9%
média jan-mar/06	2.315.386	11%	1.086.712	14%	1.228.674	8%
média jan-mar/07	2.500.220	8%	1.197.257	10%	1.302.963	6%
média jan-mar/08	2.716.609	9%	1.312.881	10%	1.403.728	8%

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	935,5	870,3
Custeio Agropecuário	189,3	130,1
Investimento Rural	4,8	20,8
Preços Agrícolas	500,8	219,3
- EGF	0,8	3,6
- AGF	-94,5	-99,4
- Sustent. de preços	594,5	315,0
Pronaf	139,3	319,5
Pesa	30,4	72,9
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	70,9	102,0
FUNCAFÉ	0,0	5,8
Outros	-181,9	-263,2
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-162,0	-175,3
Exportação (Proex)	-19,9	-87,9
Total	753,6	607,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos praticamente se mantiveram estáveis em R\$ 1,1 bilhão, com variação negativa de R\$ 86,9 milhões (7,6%). As maiores variações nessas despesas ocorreram no Programa Sustentação de Preços com redução de R\$ 279,5 milhões (47,0%) e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que registrou acréscimo de R\$ 180,2 milhões (129,4%) em relação ao mesmo período de 2007.

No que se refere aos subsídios aos Fundos Regionais, estes totalizaram R\$ 446,7 milhões no acumulado até março de 2008, contra R\$ 387,1 milhões no mesmo período do ano anterior.

Na rubrica “outras despesas de custeio e capital”, verificou-se incremento de R\$ 1,5 bilhão (7,2%) em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. A execução de despesas por conta de créditos extraordinários aumentou em R\$ 217,6 milhões (20,1%) em relação ao ano passado. Houve também elevação de R\$ 277,1 milhões (25,9%) com sentenças judiciais. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) totalizaram R\$ 1,2 bilhão em 2008, contra R\$ 504,9 milhões no ano anterior, crescimento de 133,1%.

As despesas discricionárias passaram de R\$ 16,9 bilhões em 2007 para R\$ 17,1 bilhões em 2008, crescimento de R\$ 178,0 milhões; registrado principalmente, nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 562,5 milhões) e da Educação (R\$ 441,7 milhões). Em contrapartida, verificou-se decréscimo nos

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.070,3	1.347,4
Legislativo/Judiciário	1.170,4	1.205,7
Crédito Extraordinário ¹	1.081,4	1.299,0
Projeto Piloto de Investimento ²	504,9	1.177,1
Outras ³	129,9	257,7
Discricionárias	16.945,9	17.123,9
d/q Min. da Saúde	8.699,9	8.000,8
Min. do Des. Social	2.169,0	2.731,5
Min. da Educação	1.663,8	2.105,4
Min. da Defesa	872,3	648,3
Min. da Ciência e Tec.	514,9	493,3
Min. do Des. Agrário	365,1	295,2
Min. da Previdência	210,5	211,3
Min. da Justiça	219,1	226,3
Min. dos Transportes	315,9	208,4
Demais	1.915,5	2.203,3
Total	20.902,8	22.410,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

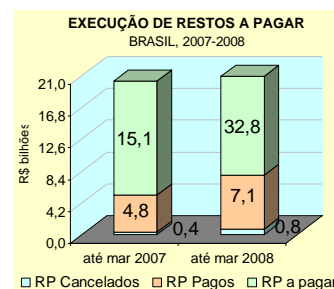
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Ministérios da Saúde (R\$ 699,0 milhões), da Defesa (R\$ 224,0 milhões) e dos Transportes (R\$ 107,5 milhões).

Com relação à execução de restos a pagar (RP), no âmbito do Poder Executivo, o montante pago nos três primeiros meses do ano correspondeu a R\$ 7,1 bilhões, 17,8% dos valores inscritos líquidos, o que representou 46,3% a mais do que os valores pagos no mesmo período do ano anterior. Dos restos a pagar pagos até março, R\$ 3,2 bilhões referem-se a despesas com investimentos (contra R\$ 1,9 bilhão em 2007) e tais dispêndios concentraram-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 960,0 milhões), Cidades (R\$ 477,8 milhões) e da Educação (R\$ 437,2 milhões). Do montante pago até março, os principais programas beneficiados foram: manutenção da malha rodoviária federal (R\$ 362,8 milhões), Universidade do Século XXI (R\$ 364,1 milhões) e Mobilidade Urbana (R\$ 218,9 milhões).

Foram pagos, até março, 17,8% do total de restos a pagar (RP) inscritos líquidos, o que representou 46,3% de crescimento em relação ao ano anterior.



Em março, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões, superior em R\$ 608,6 milhões ao registrado em fevereiro (aumento de 30,0%), devido essencialmente ao aumento nas despesas com benefícios previdenciários. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 9,8 bilhões, contra R\$ 11,2 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 12,8%).

Previdência Social

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	FEV	MAR	JAN - MAR	
	2008	2008	2007	2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	11.927,5	12.134,0	30.448,0	35.268,4
Arrecadação Bruta	13.203,3	13.399,4	33.906,6	39.963,1
- Contribuição Previdenciária	12.304,3	12.428,3	31.156,4	36.971,0
- Simples	725,7	786,5	1.977,3	2.463,2
- CFT	45,4	46,8	158,9	183,2
- Depósitos Judiciais	100,9	113,5	476,1	273,6
- Refis	27,0	24,3	65,3	72,2
- Outras Receitas	0,0	0,0	72,7	0,0
(-) Restituição/Devolução	-36,9	-10,3	-114,5	-52,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.239,0	-1.255,1	-3.344,1	-4.642,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	13.954,8	14.769,9	41.631,0	45.020,5
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.027,3	-2.635,9	-11.183,0	-9.752,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,87%	-1,45%

Em março, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões. No período de janeiro a março de 2008, o déficit atingiu R\$ 9,8 bilhões, equivalentes a 1,45% do PIB. Em igual período de 2007, o déficit acumulado chegou a R\$ 11,2 bilhões, correspondentes a 1,87% do PIB.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 12,1 bilhões em março, representando elevação de R\$ 206,5 milhões (1,7%) frente aos in-

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - MAR (R\$ bilhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	30.448,0	35.268,4	15,8%
Benefícios	41.631,0	45.020,5	8,1%
Res. Primário	-11.183,0	-9.752,2	-12,8%

gressos líquidos do mês anterior. Em relação aos três primeiros meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,8 bilhões (15,8%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 31,2 bilhões para R\$ 37,0 bilhões (elevação de 18,7%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada no primeiro bimestre de 2008 foi 15,1% superior à verificada no mês correspondente em 2007.

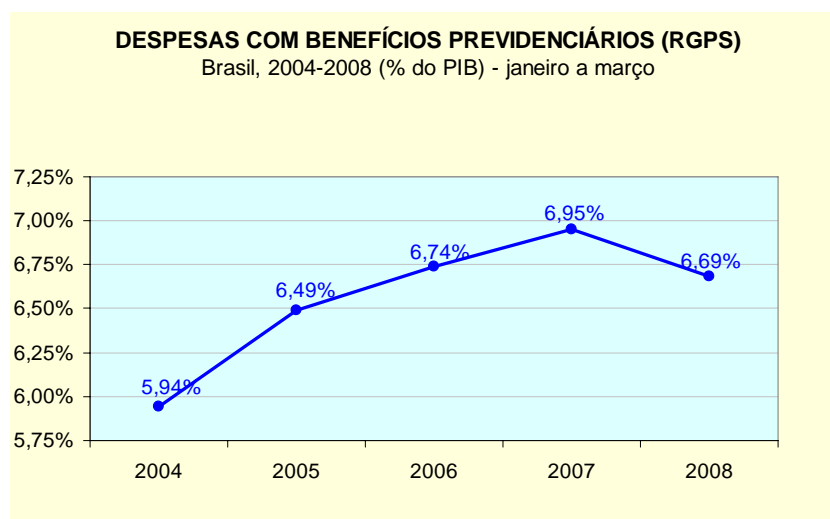
As despesas com benefícios apresentaram, em março, aumento de R\$ 815,1 milhões (5,8%) com relação ao mês anterior. Isso se deve principalmente ao reajuste do salário mínimo, que define o piso previdenciário; parte de seu impacto foi exercido no mês de março. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 3,4 bilhões (8,1%), atingindo o montante de R\$ 45,0 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 38,43 (7,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 506,9 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAR			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,6	22,1	2,3%
Valor médio RGPS**	536,2	574,6	7,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 12,6%, passando de 5,94% do PIB no acumulado de janeiro a março de 2004 para 6,69% do PIB no mesmo período em 2008.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a março de cada ano. Verifica-se que em 2004 esses gastos correspondiam a 5,94% do PIB; em 2008, correspondem a 6,69%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,19 ponto percentual do PIB por ano.



No estoque de benefícios dos três primeiros meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 483,1 mil aposentadorias (3,5%) e de 177,9 mil pensões por morte (2,9%) e a diminuição de 164,3 mil benefícios de auxílio-doença (11,0%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

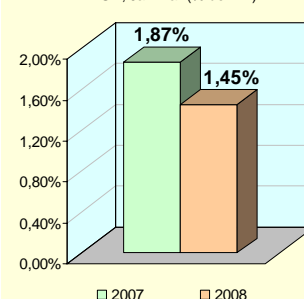
	Em mil benefícios			
	FEV		MAR	
	2008	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	22.126	22.172	21.614	22.121
Previdenciários	21.358	21.401	20.886	21.353
Aposentadorias	13.967	13.991	13.481	13.962
Idade	7.227	7.238	6.938	7.224
Invalidez	2.771	2.775	2.738	2.769
Tempo de contribuição	3.970	3.979	3.806	3.969
Pensão por morte	6.119	6.128	5.938	6.117
Auxílio-Doença	1.189	1.199	1.395	1.191
Salário - maternidade	43	42	36	43
Outros	40	41	35	40
Acidentários	768	771	728	768
Aposentadorias	149	150	147	149
Pensão por morte	129	129	129	129
Auxílio - doença	136	140	96	137
Auxílio - acidente	271	271	270	271
Auxílio - suplementar	82	82	86	82

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)

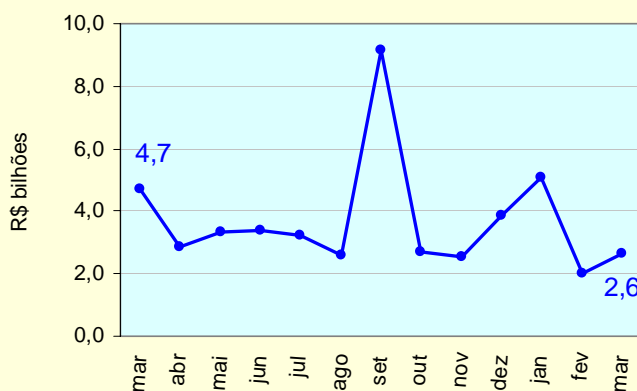
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,08%	5,24%
Benefícios	6,95%	6,69%
Res. Primário	-1,87%	-1,45%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,16 ponto percentual em relação ao período de janeiro a março do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,26 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,45% do PIB, 0,42 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,87%).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Mar (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007/2008



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 707,4 bilhões, ou 25,6% do PIB, superior em R\$ 2,1 bilhões em relação ao saldo de fevereiro.

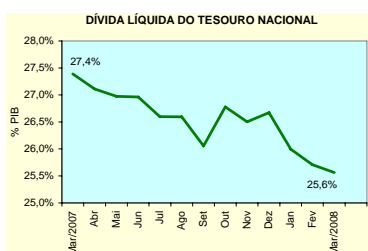
Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 707,4 bilhões, superando em R\$ 2,1 bilhões o saldo do mês anterior, ainda que em proporção do PIB tenha apresentado redução da ordem de 0,1 ponto percentual. Esse aumento foi decorrente do crescimento de R\$ 13,7 bilhões na dívida interna e de R\$ 3,0 bilhões na dívida externa, aumentos estes compensados em grande parte pela variação nos haveres internos, cujo crescimento alcançou R\$ 14,5 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	532.633	602.298	601.431
I.1. Dívida Interna	1.461.466	1.605.711	1.619.379
I.2. Haveres Internos	928.833	1.003.412	1.017.948
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	135.344	102.934	105.950
II.1. Dívida Externa	135.624	103.213	106.245
II.2. Haveres Externos	280	279	295
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	667.978	705.232	707.381
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB^{\1}	27,4%	25,7%	25,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



O crescimento da dívida interna está associado ao aumento da dívida mobiliária. Por sua vez, o crescimento da dívida externa decorreu do aumento de R\$ 1,8 bilhão na dívida mobiliária e de R\$ 1,2 bilhão na dívida contratual, explicados, sobretudo, pela desvalorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a dívida externa.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida atingiu R\$ 601,4 bilhões, redução de R\$ 867,1 milhões em relação ao mês anterior.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de março em R\$ 601,4 bilhões, equivalente a 21,7% do PIB. Em relação a fevereiro, houve diminuição de R\$ 867,1 milhões em termos nominais e de 0,2 ponto percentual em proporção do PIB. A variação do saldo dos haveres internos, acréscimo de R\$ 14,5 bilhões em relação ao mês anterior, mais do que compensou o crescimento de R\$ 13,7 bilhões da dívida interna, em decorrência do aumento da dívida mobiliária.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

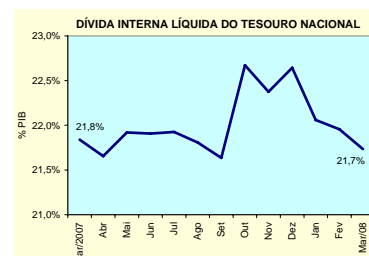
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA	1.461.466	1.605.711	1.619.379
I.1. Dívida Mobiliária	1.438.701	1.583.189	1.596.918
DPMFi em Poder do Público ¹	1.142.651	1.242.164	1.250.027
DPMFi em Poder do Banco Central	307.007	356.221	362.999
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(10.957)	(15.197)	(16.108)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.765	22.522	22.461
II. HAVERES INTERNOS	928.833	1.003.412	1.017.948
II.1. Disponibilidades Internas	248.688	282.700	283.686
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	399.322	419.403	420.799
II.3. Haveres da Administração Indireta	179.735	193.691	195.133
II.4. Haveres Administrados pela STN	101.089	107.618	118.330
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	532.633	602.298	601.431
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,8%	22,0%	21,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



O estoque da dívida mobiliária do Tesouro Nacional aumentou R\$ 13,7 bilhões em relação a fevereiro, sendo R\$ 7,9 bilhões no âmbito da DPMFi em poder do público e R\$ 6,8 bilhões na carteira do BCB. Esse crescimento pode ser explicado pela apropriação de R\$ 15,9 bilhões de juros no período, compensado pelo resgate líquido de R\$ 1,3 bilhão. Na DPMFi em poder do público, a apropriação de juros por competência alcançou R\$ 12,6 bilhões, contra resgate líquido de R\$ 4,7 bilhões. Em relação a março de 2007, a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, em percentagem do PIB, apresentou redução de 1,3 ponto percentual.

As emissões de títulos da DPMFi para o público totalizaram R\$ 32,3 bilhões no mês, sendo mais expressivas as emissões de LFT, LTN e NTN-B, nos montantes de R\$ 13,1 bilhões, R\$ 9,4 bilhões e R\$ 7,6 bilhões, respectivamente. Os resgates totalizaram R\$ 37,0 bilhões, sendo a maior parte de LFT, R\$ 27,2 bilhões, referente aos vencimentos do mês.

Com essas emissões, a parcela de títulos com remuneração prefixada da DPMFi (LTN e NTN-F) aumentou de 35,69% em fevereiro, para 36,26% em março, devido à emissão líquida de R\$ 5,8 bilhões. Por sua vez, os títulos indexados à taxa Selic (LFT) tiveram sua participação reduzida de 34,42% em fevereiro, para 33,35% em março, em razão dos resgates líquidos de R\$ 14,2 bilhões ocorridos no mês.

Título	R\$ bilhões		
	2007	2008	
	MAR	FEV	MAR
Em Poder do Público	1.143	1.242	1.250
LFT	415,7	427,5	416,9
LTN	348,3	311,5	318,2
NTN-B	180,3	255,4	262,8
NTN-C	65,1	66,0	66,7
NTN-F	77,5	131,8	135,1
Demais ¹	55,7	49,9	50,3
Aplic. em Tít. Púb.	-11,0	-15,2	-16,1
Na carteira do BCB	307,0	356,2	363,0
Total	1.438,7	1.583,2	1.596,9
% PIB	58,99%	57,71%	57,71%

¹ Inclui títulos de dívida securitizada e TDA.

A DPMFi em poder do público apresentou resgate líquido de R\$ 4,7 bilhões, com destaque para a LFT, R\$ 14,2 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, MAR/2008

Título	Saldo Fev/08	Fatores de Variação ^{1/}			Saldo Mar/08
		Emissões	Resgates ^{2/}	Juros ^{3/}	
Em poder do público	1.242,2	32,3	-37,0	12,6	1.250,0
LFT	427,5	13,1	-27,2	3,5	416,9
LTN	311,5	9,4	-5,6	3,0	318,2
NTN-B	255,4	7,6	-3,1	2,9	262,8
NTN-C	66,0	-	-0,3	1,0	66,7
NTN-F	131,8	2,0	0,0	1,2	135,1
Demais ^{4/}	49,9	0,2	-0,7	0,9	50,3
Na carteira do BCB	356,2	3,4	0,0	3,4	363,0
Total	1.598,4	35,7	-37,0	15,9	1.613,0

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

^{1/} Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

^{2/} Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

^{3/} Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

^{4/} Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2007/2008

Discriminação	R\$ bilhões		
	2007		2008
	MAR	FEV	MAR
Lei 9.496/97	268,9	292,4	293,7
MP 2.185/01	41,4	45,4	45,7
Lei 8.727/93	46,2	43,2	42,9
Antecipação de Royalties	14,4	13,3	13,2
Bônus Renegociados	9,5	7,2	7,4
Lei 7.976/89	2,9	1,7	1,7
Demais Haveres	16,0	16,3	16,3
Total	399,3	419,4	420,8
% PIB	16,37%	15,29%	15,21%

Os haveres internos totalizaram R\$ 1,0 trilhão e superaram em R\$ 14,5 bilhões o saldo verificado no mês anterior, aumento este equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB. O crescimento mais expressivo foi dos haveres administrados pelo Tesouro Nacional, crescimento de R\$ 10,7 bilhões, devido a expansão dos haveres decorrentes de contratos assinados ao amparo de legislação específica, explicado pela celebração de contrato de financiamento com BNDES, referente à provisão de recursos para ampliação dos limites operacionais do banco (MP nº 414, de 4 de janeiro de 2008).

Os haveres junto aos entes da federação ampliaram-se em R\$ 1,4 bilhão, com destaque para os saldos no âmbito da Lei nº 9.496/97, cujo acréscimo foi de R\$ 1,3 bilhão, decorrente da atualização monetária do saldo. Tomados em porcentagem do PIB, os haveres do Tesouro Nacional junto aos entes da federação em março de 2008 apresentaram-se 1,2 ponto percentual inferior ao verificado em igual período de 2007, devido às amortizações no período.

Por sua vez, o saldo dos haveres administrados por fundos, autarquias e fundações expandiu-se em R\$ 1,4 bilhão, e está associado ao crescimento do FAT e ao patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2007/2008

Entidade	R\$ bilhões		
	2007		2008
	MAR	FEV	MAR
FAT	123,2	127,6	128,5
Fundos Regionais	34,7	39,8	40,3
Demais	21,8	26,3	26,3
Total	179,7	193,7	195,1

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em março totalizou R\$ 106,0 bilhões, sendo R\$ 81,8 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 24,5 bilhões à dívida contratual. Houve aumento em relação ao mês anterior de

R\$ 3,0 bilhões, contudo, a dívida permaneceu estável em relação ao PIB (3,8%). O aumento em moeda corrente pode ser explicado principalmente pela desvalorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a dívida.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA EXTERNA	135.624	103.213	106.245
I.1. Dívida Mobiliária	106.757	79.934	81.771
Euro	13.691	11.079	12.050
Global US\$	82.070	58.166	58.955
Global BRL	8.871	10.367	10.466
Demais	2.124	323	300
I.2. Dívida Contratual	28.867	23.278	24.475
Organismos Internacionais	23.578	19.363	20.362
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.289	3.915	4.112
II. HAVERES EXTERNOS	280	279	295
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	280	279	295
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	135.344	102.934	105.950
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	5,5%	3,8%	3,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

A Dívida Externa Líquida em março totalizou R\$ 106,0 bilhões, equivalente a 3,8% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R\$ 3,0 bilhões.

Comparativamente a março de 2007, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução, diminuindo de R\$ 135,3 bilhões para R\$ 106,0 bilhões, queda de R\$ 29,4 bilhões, ou equivalente a 1,7 ponto percentual do PIB, comportamento este compatível com a estratégia que consta no Plano Anual de Financiamento (PAF).

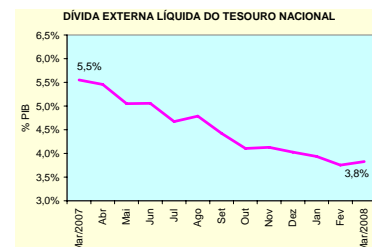


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, MAR/2008

Discriminação	Saldo Fev/08	Fatores de Variação ¹¹				Saldo Mar/08
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
Dívida Mobiliária	79.934	-	(1.951)	654	3.133	81.771
Euro	11.079	-	-	101	869	12.050
Global US\$	58.166	-	(1.915)	453	2.252	58.955
Global BRL	10.367	-	-	99	-	10.466
Demais	323	-	(36)	1	12	300
Dívida Contratual	23.278	5	(276)	81	1.387	24.475
Org. Internacionais	19.363	5	(212)	62	1.144	20.362
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.915	-	(64)	19	242	4.112
Total	103.213	5	(2.227)	735	4.520	106.245

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Março 2008/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Mar/2007	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5	52.979,0	53.302,0	58.932,5	80.050,6	46.651,1	59.324,0	54.872,4
I.1 - Recolhimento Bruto	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4
I.5 - Receita do Salário Educação	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	52.286,7	47.558,3	60.092,7	56.541,7	56.176,3	48.238,0	59.494,5	48.887,3	60.631,1	59.019,1	67.755,8	47.454,2	51.395,5
II.1 - Liberações Vinculadas	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8	9.820,6	9.804,5	11.408,9	11.978,1	13.810,2	13.733,2	10.994,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4
II.1.4 - Outras Vinculações	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8
II.2 - Liberações Ordinárias	43.743,1	37.278,5	49.052,0	45.073,2	46.846,0	38.101,2	49.673,9	39.082,8	49.222,3	47.041,0	53.945,6	33.721,0	40.401,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.601,4	9.262,7	9.330,4	11.788,0	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.737,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0
i) Dívida Contratual Interna	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9
ii) Dívida Contratual Externa	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.101,2	7.260,7	13.499,2	8.567,0	8.214,2	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,8	6.008,3	7.871,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-3.994,7	6.305,5	-7.400,2	-4.429,4	-6.022,2	5.215,5	-6.515,5	4.414,7	-1.698,7	21.031,5	-21.104,7	11.869,8	3.476,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6	34.026,6	66.595,0	21.385,5	16.462,8	24.067,3	34.613,8	21.769,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4
V. DESPESAS	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3	23.829,6	41.292,2	7.071,0	19.498,1	44.541,4	1.345,8	22.364,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	20.966,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.828,5
V.1.2 - Dívida Contratual	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2	10.031,1	25.407,2	15.019,2	-3.711,1	-19.647,4	32.715,7	48,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	4.605,7	3.063,7	21.543,1	19.609,7	-35.385,3	16.993,4	6.120,3	29.994,5	13.299,0	22.850,8	-47.775,0	49.047,0	9.114,6

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mar/2007	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5	2.438,7	15.476,9	2.483,1	10.154,6	31.528,5	4.709,1	6.232,6
I.1. Emissão de Títulos	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0	0,0	15.200,0	1.800,0	5.300,0	37.724,6	800,0	0,0
II.1. Resgate de Títulos	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0
III. RESULTADO (I - II)	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Mar/2007	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0
IV. PRONAF	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3
V. PROEX	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2
V.2. Concessão de Financiamento ¹	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3	52,6	25,6	23,7
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1
XIII. TOTAL	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3	117,7	256,0

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2007	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	532.633,3	532.447,6	542.919,4	546.778,4	553.860,4	559.668,4	561.748,3	595.507,0	595.868,4	610.408,2	600.252,2	602.298,4	601.431,2
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.461.466,0	1.461.988,4	1.497.054,3	1.522.443,0	1.491.536,6	1.516.038,2	1.530.079,5	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0
DPMFi em Poder do Público ¹¹	1.142.650,8	1.151.466,6	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9
DPMFi em Poder do Banco Central	307.007,3	299.767,2	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-10.957,1	-11.972,8	-12.607,5	-11.811,6	-12.739,5	-11.460,9	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6
Demais Obrigações Internas	22.765,0	22.727,5	22.666,6	22.609,2	22.561,1	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8
I.2. HAVERES INTERNOS	928.832,7	929.540,9	954.134,9	975.664,5	937.676,2	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.947,8
Disponibilidades Internas	248.687,7	250.835,0	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.685,8
Haveres junto aos Governos Regionais	399.321,7	398.873,3	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4
Haveres da Administração Indireta	179.734,5	179.436,6	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.132,5
Haveres Administrados pela STN	101.088,9	100.396,0	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.330,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2	108.604,2	107.101,5	102.933,6	105.949,9
II.1. DÍVIDA EXTERNA	135.623,9	134.472,7	125.379,8	126.439,0	118.276,6	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4
Dívida Mobiliária	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8
Dívida Contratual	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	667.977,7	666.634,8	668.044,3	672.954,3	671.879,1	682.561,0	676.546,2	703.310,5	705.795,5	719.012,4	707.353,7	705.232,0	707.381,1
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	27,4%	27,1%	27,0%	27,0%	26,6%	26,6%	26,1%	26,8%	26,5%	26,7%	26,0%	25,7%	25,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

¹² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2007	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2008
I. DÍVIDA INTERNA	1.461.466,0	1.461.988,4	1.497.054,3	1.522.443,0	1.491.536,6	1.516.038,2	1.530.079,5	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.142.650,8	1.151.466,6	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9
LFT	415.745,6	424.630,4	428.857,6	406.966,3	412.630,1	418.467,9	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2
LTN	348.323,3	327.407,8	334.680,1	349.894,6	309.811,2	314.408,4	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8
NTN-B	180.272,1	192.464,9	193.040,8	209.639,4	216.173,9	218.793,5	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9
NTN-C	65.109,3	62.550,2	62.800,6	63.264,3	62.125,5	63.152,8	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2
NTN-F	77.473,8	89.132,9	99.916,3	114.160,6	115.522,5	118.808,9	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9
Dívida Securitizada	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.498,4	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3
Demais Títulos em Poder do Público	34.274,9	34.033,8	33.356,0	33.479,9	33.166,3	33.714,7	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	307.007,3	299.767,2	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9
LFT	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7
LTN	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4
NTN-B													
NTN-F													
Demais Títulos na Carteira do BCB	83.653,7	85.270,7	89.814,2	92.124,4	96.817,7	97.603,6	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	(10.957,1)	(11.972,8)	(12.607,5)	(11.811,6)	(12.739,5)	(11.460,9)	(11.688,6)	(11.315,1)	(11.231,5)	(9.975,3)	(14.348,5)	(15.196,8)	(16.107,6)
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.765,0	22.727,5	22.666,6	22.609,2	22.561,1	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8
II. DÍVIDA EXTERNA	135.623,9	134.472,7	125.379,8	126.439,0	118.276,6	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8
Euro	13.690,9	13.832,6	13.027,0	13.069,4	12.973,9	13.605,4	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1
Global US\$	82.070,1	82.370,0	74.953,3	75.291,6	68.757,7	71.692,1	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0
Global BRL	8.871,2	8.957,1	9.854,5	10.726,3	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0
Demais Títulos Externos	2.124,5	1.028,5	976,1	989,3	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6
Organismos Multilaterais	23.578,2	23.427,5	22.003,5	21.893,3	21.497,5	22.491,0	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.289,0	4.857,0	4.565,4	4.469,0	4.392,9	4.625,4	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.597.089,9	1.596.461,1	1.622.434,2	1.648.881,9	1.609.813,2	1.639.225,2	1.645.162,9	1.671.698,4	1.696.593,9	1.706.903,1	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	65,5%	64,9%	65,5%	66,1%	63,7%	63,9%	63,4%	63,6%	63,7%	63,3%	61,5%	62,3%	62,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2007	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2008
I. HAVERES INTERNOS	928.832,7	929.540,9	954.134,9	975.664,5	937.676,2	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.947,8
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	248.687,7	250.835,0	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.685,8
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	399.321,7	398.873,3	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4
Bônus Renegociados	9.533,3	9.162,1	8.674,9	8.650,9	8.341,8	8.750,7	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.293,1	3.272,6	3.251,8	3.230,2	3.210,2	3.189,9	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.829,7	9.832,3	9.826,9	9.823,3	9.829,4	9.846,2	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.903,6	2.872,0	2.725,4	2.388,7	2.304,5	2.362,4	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	46.155,2	46.040,1	45.895,8	45.740,0	45.591,8	45.449,8	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	268.875,4	268.896,7	269.632,1	270.548,2	271.119,4	272.293,2	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	41.422,7	41.587,9	41.722,1	42.010,8	42.092,3	42.355,8	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6
Antecipação de Royalties	14.398,4	14.327,4	13.753,4	13.665,5	13.593,4	13.523,1	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.910,1	2.882,3	2.868,1	2.849,7	2.338,5	2.328,2	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	179.734,5	179.436,6	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.132,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	123.190,7	122.510,0	122.635,9	123.358,6	123.795,2	124.890,6	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6
Fundos Constitucionais Regionais	34.739,5	35.141,8	35.489,8	35.838,5	36.293,3	36.769,5	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.342,6
Fundos Diversos	21.804,4	21.784,8	22.225,7	22.619,9	22.997,2	23.654,1	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	101.088,9	100.396,0	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.330,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.236,3	5.522,2	5.490,2	5.492,3	5.494,5	5.496,3	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8
Haveres de Operações Estruturadas	43.337,3	42.360,1	41.884,0	41.976,8	40.965,0	41.685,2	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.905,8
Haveres Originários de Privatizações	6.831,3	6.833,1	6.835,9	6.837,1	6.834,8	6.841,6	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1
Haveres de Legislação Específica	18.280,0	18.314,2	18.339,6	23.561,0	23.623,0	23.715,9	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3
Demais Haveres Administrados pela STN	27.403,9	27.366,4	26.859,7	27.019,1	27.130,1	27.323,1	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0
II. HAVERES EXTERNOS	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	279,5	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	929.112,2	929.826,3	954.389,9	975.927,6	937.934,1	956.664,1	968.616,7	968.388,0	990.798,4	987.890,7	966.417,6	1.003.691,2	1.018.243,3
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	38,1%	37,8%	38,5%	39,1%	37,1%	37,3%	37,3%	36,9%	37,2%	36,6%	35,5%	36,6%	36,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ MARÇO 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	1.272,7	17,0	17,0	3.049,8	3.066,8	364.418	132	10	10	2.041	2.050,7
Senado Federal	126.845,6	8.019,0	422,2	422,2	10.827,1	11.249,3	75.802	3.078	60	60	3.393	3.452,6
Tribunal de Contas da União	53.646,7	2.488,3	51,3	51,3	2.335,0	2.386,4	61.539	101	26	-	9.038	9.037,8
Supremo Tribunal Federal	61.189,3	1.859,8	51,3	51,3	6.354,6	6.406,0	70.469	39	-	-	28.643	28.643,1
Superior Tribunal de Justiça	8.999,6	47,6	7,3	7,3	1.332,9	1.340,2	15.410	263	-	-	2.753	2.753,3
Justiça Federal ³	264.468,5	218.231,1	117.781,0	117.767,4	53.782,7	171.550,1	258.441	271.633	173.552	173.552	41.440	214.991,4
Justiça Militar	7.585,3	117,0	35,6	35,3	997,9	1.033,3	7.440	1	-	-	701	701,0
Justiça Eleitoral	178.567,5	70.348,1	193,9	185,7	24.321,8	24.507,6	277.400	1.363	0	0	36.660	36.660,8
Justiça do Trabalho	212.446,4	14.875,3	1.019,6	989,1	49.270,9	50.260,0	180.571	2.405	1	-	44.541	44.540,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	1.423,3	146,6	28,0	4.148,9	4.176,9	32.597	404	-	-	21.178	21.177,7
Presidência da República ⁴	181.410,3	1.418,8	112,5	112,4	27.341,8	27.454,2	1.329.975	5	-	-	35.041	35.041,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	40,6	-	-	111.453,0	111.453,0	52.391	-	-	-	5.418	5.417,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	537.121,0	2.450,5	53,3	34,6	24.677,1	24.711,7	761.480	0	-	-	50.284	50.284,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.366,8	153.378,4	23.006,8	10.250,1	89.656,5	99.906,6	1.138.170	137	62	27	74.994	75.020,6
Ministério da Fazenda ⁵	81.548,3	4.115,9	1.007,5	673,4	78.501,0	4.115,9	489.769	6.553	253	253	33.910	34.162,7
Ministério da Educação	1.593.156,5	23.109,6	2.902,8	2.702,5	286.851,2	289.553,8	2.857.114	8.831	1.534	1.262	514.023	515.285,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	106.059,1	60,2	5,7	5,3	31.359,6	31.364,9	196.375	23	-	-	18.567	18.566,7
Ministério da Justiça	931.072,5	106.270,7	8.689,1	9,9	97.517,7	97.527,5	1.273.425	691	11	11	83.187	83.198,7
Ministério de Minas e Energia	47.964,3	1.356,3	18,1	18,1	13.867,6	13.885,7	64.891	216	-	-	5.300	5.300,3
Ministério da Previdência Social	46.040,5	4.752,0	290,0	35,9	24.917,6	24.953,5	139.623	8.059	123	123	14.187	14.310,7
Ministério Público da União	295.077,9	13.043,4	378,9	378,9	39.733,0	40.111,9	172.635	4.262	-	-	42.989	42.989,0
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	21,3	21,3	21,3	1.557,0	1.578,3	38.569	-	-	-	579	579,0
Ministério da Saúde	3.797.524,9	93.637,7	9.716,0	9.582,6	402.132,2	411.714,8	3.365.689	1.136	-	-	262.182	262.181,9
Ministério do Trabalho e Emprego	66.485,9	294,2	32,0	31,9	30.477,4	30.509,3	121.015	17	7	7	1.752	1.759,7
Ministério dos Transportes	7.580.361,0	589.108,5	16.104,4	10.048,4	680.593,5	690.641,9	9.432.409	247.504	4.339	367	905.289	905.656,7
Ministério das Comunicações	174.365,3	2.925,3	27,6	27,6	85.372,9	85.400,5	50.715	-	-	-	5.093	5.093,0
Ministério da Cultura	242.825,2	1.084,3	11,3	10,0	14.509,5	14.519,5	247.756	185	-	-	29.067	29.066,5
Ministério do Meio Ambiente	95.250,2	266,9	-	-	9.853,0	9.853,0	167.159	-	-	-	10.945	10.944,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.827.277,9	383.747,2	1.295,9	1.295,9	95.688,7	96.984,6	1.882.840	1.039	190	190	185.693	185.882,7
Ministério do Esporte	586.768,5	93.458,5	49.053,6	49.053,6	44.730,1	93.783,7	898.338	15	-	-	28.403	28.402,7
Ministério da Defesa	2.833.189,6	44.737,1	199,7	152,5	264.351,6	264.504,1	4.249.087	21.428	4.859	-	371.946	371.945,8
Ministério da Integração Nacional	1.922.749,1	108.716,1	3.115,9	3.090,4	157.431,3	160.521,7	4.344.541	150.295	2.329	2.329	307.123	309.451,9
Ministério do Turismo	1.366.760,5	51.737,4	-	-	64.383,3	64.383,3	2.024.258	10.686	-	-	3.651	3.651,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	241.899,0	15,6	-	-	27.610,2	27.610,2	177.914	791	-	-	17.181	17.181,1
Ministério das Cidades	3.280.568,0	58.500,0	-	-	153.840,5	153.840,5	5.414.549	33.792	5	-	515.575	515.575,0
TOTAL	30.046.820,0	2.056.928,6	235.768,1	207.090,0	3.014.829,2	3.221.919,1	42.234.772,7	775.085,7	187.362,1	178.192,3	3.712.766,0	3.890.958,3

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

1 "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

2 Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

3 Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

4 Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

5 Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Março / 2008

Comentários

Em Março de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 21%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.810.670 (mil), ante R\$ 7.377.188 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Mar / 2008	Mar / 2008	Jan a Mar/ 2008
							Fev / 2008	Mar / 2007	Jan a Mar/ 2007
FPM	2.881.898,9	2.343.044,6	7.906.494,4	3.772.425,6	2.971.365,2	10.176.149,1	-21,2%	26,8%	28,7%
FPE	2.752.785,5	2.238.909,0	7.553.106,1	3.604.762,0	2.839.304,4	9.723.875,3	-21,2%	26,8%	28,7%
IPI-Exp	191.537,1	174.967,4	564.262,2	232.487,4	231.571,2	679.387,7	-0,4%	32,4%	20,4%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MARÇO	- 25,0 %	- 21,2 %	- 25,0 %	- 21,2 %	- 6,0 %	- 0,4 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 8,0 %	+ 4,0 %	- 3,0 %
IPI - EXP	+ 2,0 %	+ 1,0 %	- 2,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2008 a 20/03/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	625.353	7.560.871	8.186.223	MAR/1º DEC	1.437.423	1.504.280	51.073	2.992.776
MAR/1º DEC	610.567	4.662.550	5.273.117	MAR/2º DEC	925.909	968.975	49.865	1.944.749
MAR/2º DEC	1.599.530	1.111.164	2.710.694	MAR/3º DEC	475.972	498.110	130.634	1.104.716
TOTAL	2.835.449	13.334.585	16.170.034	TOTAL	2.839.304	2.971.365	231.571	6.042.241

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	15.629,0	97.132,6	28,8
ALAGOAS	AL	70.696,9	118.117,9	814,9
AMAZONAS	AM	43.803,7	79.227,9	3.230,6
AMAPÁ	AP	11.464,4	96.877,1	153,8
BAHIA	BA	269.802,7	266.786,7	16.135,6
CEARÁ	CE	155.261,0	208.316,9	2.022,4
DISTRITO FEDERAL	DF	4.931,7	19.596,9	181,9
ESPÍRITO SANTO	ES	51.258,0	42.589,6	10.340,6
GOIÁS	GO	107.894,7	80.724,3	3.058,3
MARANHÃO	MA	124.063,3	204.946,7	2.722,5
MINAS GERAIS	MG	390.194,7	126.476,8	27.643,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	45.240,4	37.819,5	1.383,1
MATO GROSSO	MT	54.290,3	65.528,3	2.857,0
PARÁ	PA	107.201,4	173.538,3	11.685,1
PARAÍBA	PB	96.005,9	135.971,4	544,9
PERNAMBUCO	PE	149.736,3	195.917,7	1.533,9
PIAUI	PI	73.982,1	122.697,7	64,6
PARANÁ	PR	201.848,5	81.862,8	22.588,0
RIO DE JANEIRO	RJ	87.938,2	43.376,1	33.259,1
RIO GRANDE DO NORTE	RN	74.986,6	118.623,3	481,7
RONDÔNIA	RO	26.066,4	79.943,5	499,1
RORAIMA	RR	9.089,2	70.434,6	11,0
RIO GRANDE DO SUL	RS	201.831,6	66.859,9	27.843,0
SANTA CATARINA	SC	115.510,6	36.337,4	15.848,8
SERGIPE	SE	44.334,2	117.981,6	227,2
SÃO PAULO	SP	392.715,3	28.393,0	46.314,2
TOCANTINS	TO	45.588,2	123.225,8	97,2
TOTAL		2.971.365,2	2.839.304,4	231.571,2

Obs.: Deduzidos 18,33% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br

Boletim FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 3 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

MARÇO / 2008

Em março de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 4.622.996 (mil), ante R\$ 5.246.716 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de 12% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento o decréscimo da ordem de 12% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Origem	R\$ Mil					
	Março	Participação	Fevereiro	Participação	Variação	
FPM	666.892	14,4%	846.682	16,1%	-21%	
FPE	637.253	13,8%	809.052	15,4%	-21%	
IPI-EXP	51.974	1,1%	52.179	1,0%	-	
LC 87/96	89.359	1,9%	-	-	-	
ITR	341	0,0%	347	0,0%	-2%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	157.546	3,4%	158.700	3,0%	-1%	
IPVA	1.503.741	32,5%	1.660.221	31,6%	-9%	
ITCMD	12.180	0,3%	9.761	0,2%	25%	
ICMS	1.503.710	32,5%	1.709.772	32,6%	-12%	
TOTAL	4.622.996	100,0%	5.246.716	100,0%	-12%	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica
DEFINEB/SEB/MEC - Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	16.321.245	9.075.458	25.396.703	3.753.123	2.086.931	5.840.054
AL	14.332.935	34.764.330	49.097.265	5.826.908	14.133.082	19.959.990
AM	13.224.432	16.016.901	29.241.333	26.218.942	31.755.328	57.974.271
AP	18.391.100	6.323.086	24.714.186	3.981.798	1.368.991	5.350.789
BA	51.229.230	112.737.346	163.966.577	42.633.098	93.820.311	136.453.409
CE	25.521.644	78.913.993	104.435.637	11.161.332	34.516.865	45.678.197
DF	6.270.473	-	6.270.473	-	-	-
ES	9.833.861	17.362.728	27.196.589	24.039.222	42.443.805	66.483.027
GO	22.936.094	21.296.857	44.232.951	45.661.407	42.397.998	88.059.405
MA	29.353.576	85.878.468	115.232.044	8.040.495	23.523.723	31.564.218
MG	75.622.533	58.109.071	133.731.604	194.562.996	149.504.053	344.067.049
MS	9.539.128	10.537.344	20.076.472	29.742.676	32.855.082	62.597.758
MT	15.816.484	13.481.703	29.298.187	33.663.508	28.694.203	62.357.711
PA	35.014.857	72.379.300	107.394.157	15.760.110	32.577.764	48.337.874
PB	22.735.182	31.968.165	54.703.347	10.001.667	14.063.443	24.065.110
PE	36.266.426	51.552.219	87.818.644	32.662.467	46.429.242	79.091.708
PI	16.577.766	34.194.247	50.772.013	5.985.693	12.346.433	18.332.126
PR	42.950.137	34.851.996	77.802.133	101.285.942	82.188.728	183.474.670
RJ	15.884.143	26.304.863	42.189.006	99.906.274	165.449.327	265.355.600
RN	18.807.912	25.080.137	43.888.049	14.098.227	18.799.826	32.898.052
RO	13.477.839	10.652.558	24.130.397	8.690.225	6.868.544	15.558.769
RR	13.479.175	4.406.515	17.885.690	2.947.751	963.658	3.911.409
RS	42.038.447	33.520.828	75.559.275	118.376.331	94.391.514	212.767.845
SC	21.237.778	19.617.938	40.855.716	61.651.544	56.949.283	118.600.827
SE	15.459.878	21.246.867	36.706.746	7.591.987	10.433.844	18.025.831
SP	75.905.726	56.876.599	132.782.325	606.262.741	454.276.171	1.060.538.912
TO	22.297.981	15.688.910	37.986.891	7.212.103	5.074.452	12.286.554
TOTAL	700.525.981	902.838.427	1.603.364.408	1.521.718.568	1.497.912.599	3.019.631.167

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br